

Os bens que sobram

Santo Ambrósio escrevia: *Não serás avaro e expoliador tu, que tendo recebido bens para administrar, te aproveitas deles em teu proveito? Se chamamos ladrão a quem arranca a outrem as vestes, que outro nome merece o que, podendo vestir um nu, o não faz? O pão que tu guardas é do pobre. O manto que tens no armário é do que se encontra nu. Do descalço são os sapatos que estão a ganhar mófo em tua casa. É do indigente o dinheiro que conservas escondido. Cometes uma injustiça contra todas as pessoas a quem podes socorrer e não o fazes.*

S. Tomás de Aquino não é menor apodítico nesta concepção invocando: *Os bens temporais que são dados por Deus a um homem são seus, sim, quanto à propriedade; quanto ao uso, porém não são apenas seus, mas dos demais, que se podem sustentar do que sobra desses bens.*

Dos bens que sobram já nos tempos patristicos e da Idade Média se falava e, portanto, hoje, o assunto é tanto mais importante quanto é certo a diversidade das épocas e valor ainda, em síntese, que hoje se pretende explorar. É dessa diversidade que se pretende analisar agora e ver em que medida deve ser posta a função da obrigatoriedade distributiva dos bens que sobram.

Não tem, pois, os cristãos que queixar-se do desenfreado desejo do explorado, desde tempos imemoriais, pretender servir-se de bens acumulados que jamais lhe serão entregues para seu furtínio. É a Lei de Cristo e dos seus seguidores. Se havia gente esfomeada e ao rico lhe sobrava trigo no celeiro, teria este obrigação de o distribuir pelos necessitados em vez de permitir que aprofecesse sem minguar a fome dos que dele precisavam.

Deste modo, económica e socialmente, nesta data pretende apenas o explorado servir-se não de bens de consumo acumulados, mas de terrenos que produzem esses bens estarem à mingua de quem os trabalhe por o seu proprietário não proteger o trabalhador, enveredando pelo caminho do pôr à sua disposição o terreno ou o seu dinheiro para o

cultivar e dar de comer a toda a sociedade em que se insere. Só assim se poderá cumprir a Lei de Cristo. E a maioria dos que procedem à reserva de à reserva de propriedades imobiliárias susceptíveis de rendimento diz-se cristã e mais, dizem-se e procedem como se fossem católicos, esquecendo-se das prédicas dos maiores santos da Idade Média que já nessa altura os queriam dignificar perante Deus aconselhando-os à distribuição dos seus bens em sobra.

Não admira, pois, que a séculos de distância o socialismo que se pretende implantar em Portugal comece pela análise mental do povo, ancestralmente católico, na consecução do ideário cristão: dar aos pobres o que sobra aos ricos. E isto não é roubar, como para aí se apregoa. Roubar foi — no dizer do grande Santo Ambrósio — o que se fez até, agora, em nome de Jesus Cristo.

A diferença existe, hoje, em que o Estado deverá não confiscar todo o bem sobranante, mas apenas aproveitar esse bem, a bem do Povo que se outorga eficiente de o cuidar também em seu proveito. Para isso há só uma solução. Instituir impostos substanciais sobre tais bem em sobra. Dentro desse princípio, o seu proprietário ou os entrega para a gestão do Povo ou investe esses bens no bem do Povo. E o socialismo português não deixa de ser cristão. Até é o princípio do seu orgulho. Ser cotolicismo sério!

MILITÃO PORTO

O que vai pelo Grémio da Lavoura?

A Comissão Liquidatária do Grémio da Lavoura de Amares, nomeada há meses, demitiu-se.

Tal facto não causou surpresa dado que, tal como se previra, não surgia nada de concreto e os conflitos multiplicavam-se, pelas freguesias, durante as sessões de dinamização e esclarecimento.

Após a demissão fizeram diligências para nomear nova Comissão. Perante os esforços de ficar no novo elenco certos elementos da anterior houve reacção e, ao que nos consta, tudo se quedou sem decisão alguma estando o organismo à espera que acabe o dinheiro para pagar aos funcionários.

Que querem e esperam os responsáveis pela Administração Municipal e pela Organização Distrital da Lavoura com os métodos e as pessoas em quem se apoiam? Isto de organizar uma nova Cooperativa é algo de complexo, pelo que à sua frente se querem pessoas que inspirem confiança e queiram trabalhar.

É certo que muitas das unidades mais aptas não estão hoje dispostas a aceitar cargos depois de verem que quer a Câmara quer os distritais vivem de poesias sem sentido.

Uns e outros continuam a divorciar-se da massa associativa do Grémio, têm medo de a ouvir. Querem fingir desconher que são os lavradores que hão-de fazer a Cooperativa.

(Continua na 4.ª página)

Sol Doirado

Desejei conhecer-te e eras sonho articulado aos meus pensamentos.

De ti só conhecia, da tua história, curtas imagens que me ficaram na memória. Tudo o mais era sonho.

Sabia de ti o calor, o feitiço e a distância. Tu de mim que sabias? — Talvez nada. Porém parti para ti numa viagem que parecia interminável.

Levava dia e noite em minha alma a palavra do teu

Continua na 4.ª Página

Ordena o Povo:

Festas a S.to António e do Concelho de 13 a 15

Organização de última hora mas plena de entusiasmo popular

Oportunamente fizemos eco da necessidade em realizar as tradicionais e concorridas Festas a Santo António, também Festas do Concelho de Amares, pois interpretávamos a vontade popular que nos era expressa de muitas formas.

Também outras entidades diligenciaram para que a Câmara nomeasse a respectiva Comissão que iniciasse os trabalhos. A edilidade fez-se mergulhar na apatia que a caracteriza e na falta de noção de dinamização e iniciativa que as suas responsabilidades impõe.

Se é certo que um dos seus elementos quis romper a muralha da inércia o certo é que tudo se quedou no estafado fado de que não há dinheiro.

E pronto. Tudo como o demais. Tudo à espera do julgamento que há-de vir.

Seria que, para formar uma comissão conveniente,

não haveria gente com poder de arranque? Mas então os cargos aceitam-se só para as actividades escolhidas?

O certo é que as massas populares não se conformaram e a poucos mais dias do que uma semana puseram-se em marcha e organizaram as Festas, se não com tanto requinte, talvez com mais entusiasmo popular, mais vida, mais frenesim.

O Largo da Feira Nova af está com pistas, com ornamentação e com muita música. Os actos religiosos vão processar-se com o lusimento do costume, tudo levando a crer que a formosa procissão de Santo António em nada vai desmerecer.

Foguetes no ar, povo aos montes, eis as Festas que tanto honram o concelho e que são o seu maior cartaz. Eis mais uma prova de vitalidade de uma mocidade que se não conforma com a apatia e a descrença.

Os Dez Mandamentos do Sucesso

- 1.º - Não espere o momento favorável. Crie-o.
- 2.º - A questão vital é saber-se para o que se é apto.
- 3.º - Concentre toda a sua energia numa só finalidade. O homem dos sete instrumentos não toca bem nenhum deles.
- 4.º - Respeite-se a si próprio e tenha confiança no seu valor.
- 5.º - O trabalho é o caminho seguro para o bem estar físico e moral.
- 6.º - Apresente-se sempre bem. Nada mais difícil do que desfazer

Continua na 4.ª página

5.ª Coluna

O acaso traz sempre coisas novíssimas ao espírito quando em conversas, várias vezes, sem interesse imediato. Fora o caso de um dia destes encontrar um conhecido que ficou admirado do meu entretenimento dentro dum auto-carro a ler um livro da biblioteca de crianças, «As árvores», de 1913 e que acidentalmente comprara num alfarrabista por 1\$50.

Trata-se de uma edição organizada pelo Ministério da Educação Nacional daquele tempo com poemas extraídos dos «mais distintos poetas portugueses e brasileiros.»

O meu conhecido ficou atónito de, neste tempo altamente político, eu vir entre-

«Continua na 4.ª página»

C. D. S.

COMUNICADO

A Liberdade de Imprensa em Portugal

O CDS reconhece razões para que o Movimento das Forças Armadas se sinta desgostado pelo desenvolvimento de incidentes políticos que ponham frente a frente partidos que fazem parte da coligação governamental. Ao subscreverem a Plataforma de Acordo Constitucional MFA — Partidos Políticos, o poder militar e os representantes das principais correntes de opinião política, puseram-se justamente de acordo em subscrever o princípio de que se deviam evitar «lutas partidárias estéreis». Subjacente a este princípio, encontrava-se o espírito de que a consolidação da democracia em Portugal exigia a unidade do Povo português em torno de objectivos essenciais que possam, necessariamente, pela garantia das liberdades democráticas e pela solidariedade construtiva na busca de «uma via original para um socialismo português».

Ora, nesta perspectiva, duas observações imediatas cabe fazer a propósito da recente crise do jornal «República».

A primeira é a de que nem todas as lutas partidárias são estéreis. A tensão inter-partidária é um fruto da liberdade e da democracia, resultante natural que é a rejeição da existência de verdades únicas em política. Só são estéreis as lutas que tem por objectivo a afirmação intolerante e unilateral de pontos de vista ou a dominação dogmática de uns sobre os outros. Tudo o que seja lutar pela defesa dos objectivos essenciais da Revolução não pode ser considerado nem como estéril, nem como contra-revolucionário. Ora entre esses objectivos conta-se, inequivocamente, o respeito pelas liberdades democráticas. Isto nos conduz a uma segunda observação sobre o caso do jornal «República».

Será que a defesa das liberdades democráticas — entendendo como tal as liberdades jurídicas de expressão, de reunião, de associação, de manifestação — ainda é um objectivo essencial para todas as forças políticas?

O CDS sente-se à vontade para formular esta questão pois considera que, em Portugal, neste momento se joga, no centro de debate político, um dilema histórico entre um socialismo possível e a liberdade. Antes do 11 de Março o problema fundamental a resolver era este: *liberdades democráticas sim, mas com ou sem socialismo? Esperava-se que a decisão sobre tal matéria viesse a competir ao*

Povo português através das eleições livres que se iriam realizar para a Assembleia Constituinte. Estava fora de causa que o caminho da Revolução passava necessariamente por uma via socializante indispensável para garantir o substracto económico e social ao efectivo exercício das liberdades, sabendo-se que a exploração ou a opressão do homem pelo homem é, no plano do aparelho produtivo ou da máquina administrativa ou das simples relações sociais, um impedimento grave à plena fruição dessas liberdades. Mas a opção sobre o socialismo ou os socialismos permanecia em aberto.

O 11 de Março e as decisões subsequentes do Conselho de Revolução favoreceram uma modificação importante sobre a perspectiva política do processo revolucionário. Essa modificação veio a encontrar o seu reflexo na Plataforma de Acordo Constitucional. Aí se ensaiava a harmonização dos termos do dilema fundamental na seguinte forma: *liberdades democráticas, sim; um socialismo português, sim.*

Porém, depois das eleições de 25 de Abril de 1975 — eleições que, aos olhos de todos os observadores independentes, constituíram um voto massivo nas liberdades democráticas —, o eixo do debate político sofreu um desvio importante, num quadro de indiscutível aceleração histórica. Na verdade, o que hoje está em causa parece ser, a julgar pelo comportamento de múltiplos órgãos de Informação e de declarações de responsáveis, o seguinte novo dilema: *socialismo sim mas com ou sem liberdades democráticas?*

Se for esse o dilema efectivamente é evidente que não é possível impedir que os partidos políticos se defrontem de uma forma mais veemente e se verifique um inevitável processo de radicalização da vida política portuguesa. Pois é a sua própria sobrevivência, em nome das amplas faixas do Povo que esses partidos representam, que fica em causa. O caso do jornal «República» insere-se nesta problemática. Daqui extrai o CDS as seguintes conclusões:

1 — Está em causa a responsabilidade do Governo Provisório no seu conjunto e, em particular, do Primeiro Ministro e do Ministro da Comunicação Social. Naturalmente, o caso da «República» tem algo a ver com as contínuas referências e críticas que vários partidos democráticos — entre os quais

o CDS — têm praticado relativamente a uma correcta perspectiva da opinião pública democrática. Muitas dessas críticas centram-se sobre o modo como se tem processado as substituições de dirigentes ao nível dos meios de comunicação (na sua grande maioria directa ou indirectamente controlados pelo Estado) ou sobre a maneira como aqueles dirigentes tem orientado estes meios. A pouco e pouco deixou-se gerar a ideia de que havia em Portugal três fundamentais pilares da liberdade de expressão: a República, «Expresso» e, mais recentemente, o «Jornal Novo». O CDS di-lo com tanto mais à vontade quanto é certo ter sistematicamente recebido — por tática, conceda-se — um tratamento discriminatório desses mesmos «pilares». Ao pôr-se em causa a direcção da «República» o que se coloca é a questão dos novos limites da liberdade. Já não se trata de imprensa reaccionária, saudosista do passado ou ferozmente conservadora. Trata-se de imprensa progressista e, para mais, de opção socialista bem vincada.

2 — Ao deixar-se transpor para o plano da política da informação o presente desvio do eixo central do debate público — socialismo, sim, mas com ou sem liberdades? — contribui-se mais agudamente para a contraposição entre as teses que se defrontam em resposta à questão: que socialismo? Isto é, contribui-se para a agudização continuamente ambígua das tensões inter-partidárias. Isto é, esqueceu-se muito do que constava do Programa do M.F.A. — em matéria de liberdades públicas — e da Plataforma de Acordo Constitucional M.F.A. — Partidos políticos — em matéria de não marginalização dos partidos em relação ao processo revolucionário. Ora estes textos não podem, sob pretexto algum, ser desrespeitados. O seu esquecimento levará, inevitavelmente, à eclosão de novas lutas partidárias. Apelidá-las de estéreis não é justo, nem realista. Essas lutas são o fruto natural e construtivo de uma sociedade que cedo deve terminar a sua busca de soluções globais para se firmar num método capaz de a fortalecer numa democracia social.

3 — O caso da «República» não teria porventura sucedido se antes não se tivessem dado o caso da RTP, o caso da Rádio Renascença e outros casos paralelos. O Governo e os partidos que dele fazem parte tem indelével e responsáveis responsabilidades nesta

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Henrique de Barros

confirmado no cargo de presidente PS, PPD e PC ocupam a vice-presidência

A Assembleia Constituinte, na sua reunião, realizou a eleição da respectiva mesa, ficando confirmado o professor Henrique de Barros, deputado do PS, no lugar de presidente.

Após a votação, feita por escrutínio secreto, a constituição da mesa ficou a ser a seguinte: presidente, Henrique de Barros, 233 votos, vice-presidente Francisco Pinto Balsemão, do PPD, 123 votos; vice-presidente, José Tavares Magro, do PCP, 229 votos; vice-presidente, Vasco da Gama Fernandes, PS, 233 votos; secretário, António Arnout, do PS, 235 votos; secretário, Carlos de Sousa, PPD, 235 votos; secretário, José Manuel de Almeida, do PCP, 234 votos; vice-secretário, Alfredo de Carvalho, do PS, 235 votos; vice-secretário, Sebastião Dias, PPD, 235 votos.

matéria. Quanto à questão agora em causa o CDS, apenas espera que a lei seja exemplarmente cumprida; que o problema em debate sirva de prova — mais uma — de que entre a Revolução permanente que se sabe como começa, mas não se sabe como acaba, e o conservadorismo mais ou menos reaccionário cabe uma meta importante; a revolução que se institucionaliza no Estado de Direito, a ordem democrática que se afirma na tolerância e na disciplina, a revolução que faz da convivência fraterna entre todos os portugueses e dos seus mais genuínos valores populares tradicionais e instrumento de grandes transformações em favor dos estratos mais desfavorecidos da população — afinal as que mais acabam por sofrer pela indefinição superficialmente experimentalista em que vivemos, que o M.F.A. o compreende e o faça cumprir, dentro da unidade, sem divisões internas, e num espírito de efectiva reconciliação nacional é o voto que o CDS sinceramente formula e em cuja realização está, como sempre, disposto a dar todo o seu concurso e colaboração. A unidade no essencial tem de ser a unidade sobre um essencial bem explícito, bem definido e não equívoco; a unidade não pode confundir-se com a unanimidade ou com o monolitismo de posições; a unidade não pode coexistir com a arbitrariedade ou com a violação da Universal dos direitos do Homem.

A Comissão P. Nacional do CDS

A candidatura a posterior eleição de Francisco Pinto Balsemão mereceu intervenções dos representantes do PCP e do MDP/CDE que não concordaram com a sua indicação para o cargo, na medida que Pinto Balsemão também fez parte da Assembleia Legislativa do antigo regime.

Entretanto, chegou à Assembleia, enviado pelo Conselho da Revolução, a lista da Comissão do MFA, que, de acordo com o pacto assinado com os partidos, acompanhará os trabalhos da constituinte, de forma a facilitar a cooperação entre os partidos e a impulsionar os trabalhos. A comissão do MFA é a seguinte: coronel de Artilharia Germano Pontes de Sousa; capitão de fragata, Adolfo Sousa da Silva; major de engenharia da Força Aérea, Delfim de Sousa Moura; major de Infantaria, Evaristo Duarte; major de Artilharia, António Vasco Leal; primeiro tenente, Tito Cerqueira; Capitão de Artilharia, Luís Freire Antunes; e alferes miliciano, José de Jesus Soudo.

O Conselho de Ministros Nacionalizou o Metropolitano de Lisboa e a EGT

Vários projectos de decretos-leis foram apreciados pelo Conselho de Ministros Restrito, abrangendo questões relacionadas com a exploração do empreendimento de Cabora Bassa, a nacionalização do Metropolitano de Lisboa e da Empresa Geral de Transportes (EGT).

Antes desta reunião restrita, efectuou-se um plenário no decorrer do qual o Primeiro-Ministro, General Vasco Gonçalves, fez uma exposição sobre a participação de Portugal na recente cimeira da NATO, em Bruxelas.

No comunicado final da reunião restrita salientam-se os seguintes pontos analisados:

— «Projecto de resolução relativo ao empreendimento de Cabora Bassa adoptando providências necessárias à sua exploração no quadro dos acordos firmados entre o Governo português e a FRELIMO em 14 de Abril de 1975.

— «Projecto de decreto-lei transferindo para o Estado a titularidade das acções da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, não pertencentes a sociedades que não reúnem os requisitos de nacionalidade portuguesa.

PELO CONCELHO

Festas a Santo António



Venha até nós e aprecie as festas a Santo António que o povo, à última hora, resolveu levar a efeito e com um programa a não desmerecer dos outros anos.

Aniversário

António Machado Gonçalves

No passado domingo, dia 8, passou o 20.º aniversário do nosso assinante sr. António Machado Gonçalves, natural de Besteiros e filho do Industrial de madeiras sr. Batista.

Registamos o facto, pois o aniversariante é membro activo dos Bombeiros Voluntários, seu desinteressado servidor e motorista sempre às ordens da Corporação.

A par disso, é rapaz de esmerada educação o que lhe tem grangeado a admiração e o respeito de todos os feiranovenses jovens e adultos.

A Tribuna Livre envia-lhe cordiais felicitações fazendo

coro com uma pessoa que muito quer ao aniversariante e desejam-lhe que esta data se repita por muitos e felizes anos na companhia de seus entes queridos.

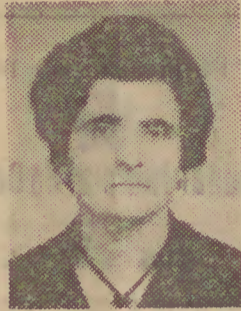
Condições de Assinatura

Estrangeiro	
Avião—ano	200\$00
Semestre	100\$00
Continente	
Ano	100\$00

Propague e assine Tribuna Livre

SALVÉ - 22 - 6 - 75

No próximo dia 22 passa mais uma primavera natalícia a sra. D. Maria Rosa da Silva Dias, «Rosinha Pêna» esposa amantíssima do nosso querido assinante sr. Armando Joaquim Dias, da Farmácia Marques Rêgo.



Tribuna Livre deseja-lhe um aniversário muito feliz junto de seu marido, filhos e demais familiares, com o desejo de que esta data se repita por anos sem fim.

ANIVERSÁRIOS

Fizeram e fazem anos:

No passado dia 9, segunda-feira, passou o aniversário natalício do sr. dr. Paulo Macedo.

No dia 12 o sr. Américo de Carvalho, ausente na Alemanha Federal.

No dia 13 o sr. António Joaquim Cerqueira e o sr. António Antunes da Silva, ausente em França.

Hoje, dia 14, o sr. Domingos José Correia Portela.

No próximo dia 17 o sr. Joaquim António Pereira, ausente no Brasil.

No dia 19 o jovem Manuel Augusto Machado da Costa, ausente com seus pais na América do Norte.

No dia 20 o sr. Tomé Silvério Gonçalves de Macedo.

«Tribuna Livre» deseja a todos os aniversariantes um dia feliz.

De Carrazedo

Escreve: — *Elísio Gonçalves*

Moldes Politicos

Por junto e a retalho temos frações de partidos políticos em Portugal que sobram para as necessidades do país.

Por isto se vê que nunca houve, não há nem haverá um côro unísono que una todas as forças partidárias que muito podiam fazer se se lembrassem dos seus próprios defeitos. Uma de fora e outra de casa, misturada tem provocado precipitações e desentendimentos violentos nos seus reflexos Sociais.

Como se trata de gigantes de uma ciência hecterogénea havemos de convir que surgirá um conluio para evitar que um só molde surja das F. A. que devem estar, como nós, enjoados de tantos disparates.

Electricidade

Chegou a vês ao nosso concelho de ficar totalmente electrificado. O seu nome faz parte de uma lista publicada nos jornais.

Esse benéfico auxílio do Governo vem completar a obra encetada à mais de 30 anos e que essa falta tinha origem na falta de recursos do Município e na falta de participações pedidas. Muitos Municipales concorriam com verbas razoáveis e mesmo assim só agora ficará a obra completa mas depois de muitos imigrantes regressarem às bases por não concordarem com essa deficiência.

Sem luz electrica não há progresso possível nem informação televisiva que mostre ao povo o que passa diariamente no País e no Mundo.

Ausência

Forçado ainda por tempo indeterminado, a minha permanência no Porto priva-me da convivência com muitos amigos de Amares e do conhecimento exacto do que se passa para a ele me poder referir com o relêvo que cada caso merece.

Feira do Livro

No Porto abriu este certame aborrotado de livros que servem todos os paladares e vê-se que a juventude pode aprender muita coisa que eu não conhecia porque no meu tempo de adolescente também não havia professores... desta especialidade de aperitivos.

Telefones para serviços DE URGÊNCIA

Casa de Saúde de Amares	62122
Farmácia Pinheiro Manso	62127
Guarda Nacional Republicana	62115
Farmácia Marques Rêgo	62124
Doutor João de Sousa Fernandes (Médico B. S.ta Maria)	66133
Doutor José Fernandes Médico Amares	62122
Doutor Eduardo Gonçalves (Médico)	62124

Rua com eles

N. R.—Do «Jornal de Famalicão» transcrevemos o artigo que segue. Interessante verificar-se que lá e cá más fadas há.

Parece-nos desnecessário aqui dizer-se, mais uma vez que não pertencemos a qualquer partido político nem a esta ou aquela facção.

Somos independentes. Não temos opções políticas nem partidárias.

Dá a isenção que nos caracteriza. E a satisfação imensa de vivermos livres. Com os nossos vícios, defeitos ou virtudes—somos o que somos—Cidadão do Mundo.

Não escrevemos para agradar nem desagradar a ninguém. Somos contra todas as louvaminhas e injustiças.

O problema das Casas do Povo chegou até nós pelos nossos camaradas correspondentes espalhados pelo concelho. E veio como um grito de desespero. De protesto. De alarme.

Há uma maquinação diabólica em curso. Há qualquer coisa architectada à semelhança ou pior ainda, que no tempo dos ditadores fascistas.

As Casas do Povo são, como o seu nome indica—do Povo. Se são realmente do Povo, não pertencem nem nunca podem pertencer aos caciquistas, sejam eles fascistas ou farsantes fascistas.

Estas instituições pertencem, inteiramente, ao Povo.

Na Câmara Municipal de Famalicão colocou-se uma grande tabuleta onde se lê: «O Povo é quem mais ordena, dentro de ti, ó cidade!»

Uma farsa.

O Presidente da C. A. tem escrúpulos, para não dizermos repugnância, de se sentar nos cadeirões da presidência, porque democraticamente, não é Presidente. Contudo, parece agora fadado para DITADOR para inculcar nomes privilegiados para as direcções das Casas do Povo, das Juntas de Freguesia, etc.

Há que eleger no mais breve lapso de tempo, os corpos gerentes das Casas do Povo. Para substituir os corpos directivos eleitos ou escolhidos pelos Delegados do Instituto Nacional do Trabalho por lhes merecer confiança política e simpatia.

Caiu o fascismo. Não podem subsistirem farsas fascistas venham elas de onde vierem. Arranjem, os «falsos ou autenticos fascistas» as habilidades que quiserem. Se há que eleger novos corpos gerentes nas Casas do Povo, outra coisa não pode ser do que serem eleitos democraticamente pelos associados dessas mesmas Casas do Povo. São os associados que os escolhem e que os elegem. Não podem nem devem ser impostos por ninguém e muito menos pelo interino Presidente do município por mais revoluções que ele invoque. São os associados e só estes a quem compete a escolha.

Parece que não se pretende fazer assim. Que há uma habilidade que nos merece a mais inteira repulsa. Que se procura maquiavelmente manietar os associados e em vez destes escolherem e elegerem os seus corpos gerentes, democraticamente, projectam impor-lhes fascista, regressando-se aos velhos e dramáticos costumes de escolher e nomear dirigentes.

Dizem nos que é este o propósito anti-democrático do Presidente da C. A. do município famalicense. Será?

Sendo assim—protestamos energeticamente. Famalicão não pode nem deve consentir que na Câmara se continue a laborar nos velhos e condenáveis principios caciquistas. As tropelias à democracia têm de acabar. E não podemos tolerar, permitir ou consentir seja a que propósito for, que os métodos fascistas continuem a existir dentro do município local.

Se assim se tenta fazer—se há o renegado propósito de se manter a imposição de nomes para as Casas do Povo, temos de actuar energeticamente, pois os migueis de vasconcelos do 25 Abril não podem continuar «dentro de ti, ó cidade».

Rua com eles!

Os dirigentes das Casas do Povo tem de ser eleitos democraticamente pelos seus associados e por vontade expressa do voto. Fora com os métodos fascistas.

Onde está a democracia?

Não. Não o consentiremos. O 25 de Abril tem de existir e de se dignificar correndo com os usurpadores das cúpulas e das autarquias.

Esses usurpadores são os herdeiros universais do Fascismo!

O que vai pelo Grémio da Lavoura?

Continuação da 1.ª Página

É engraçado, até que na falta de melhor via para entregarem o organismo a extremismos, inventaram a intervenção de Partidos. Como os mais atrevidos são a coligação P. C. P. — M. D. P., pouco faltou para lhe entregarem o grémio.

Mas, acaso, esses Partidos têm representatividade no Concelho?

Que raio de democracia é esta em que 3% querem mandar nos restantes?

Voltamos ao assunto com vagar.

Os 10 mandamentos

do sucesso

(Continuação da 1.ª página)

- uma má impressão.
- 7.º - Faça o melhor possível tudo o que fizer. Mais vale uma coisa bem feita do que vinte mal feitas.
- 8.º - O amanhã é filho do HOJE. Prepare hoje o que quiser gozar amanhã.
- 9.º - Sirvam-lhe de lição os seus ERROS.
- 10.º - Seja tenaz! Nada se consegue sem tenacidade e coragem.

2.ª Publicação em 14 6-75



Tribunal Judicial da Comarca

— DE —
AMARES

ANÚNCIO

Pela Secção de Processos do Tribunal Judicial da comarca de Amares nos autos de Acção Especial de Prescrição e Adjudicação de Dividendos n.º 20/75, em benefício do Estado que o Digno Agente do Ministério Público junto deste Tribunal move contra os réus INCERTOS, correm éditos de TRINTA DIAS, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio, citando quaisquer interessados incertos para, dentro do prazo de VINTE DIAS, posterior àquele dos éditos, deduzirem a sua habilitação nos termos do artigo 1 132.º do Cód. Proc. Civil, quanto aos dividendos prescritos da Empresa das Águas Minerale-Medicinais de Caldelas, SARL, com sede na freguesia de Caldelas — Amares, referentes ao ano de 1968, do montante de 272\$30, sob pena de tais dividendos serem considerados abandonados e prescritos a favor do Estado.

Amares, 30 de Maio de 1975

O Juiz de Direito,
António José Ribeiro da Cunha

O Escrivão de Direito,
Domingos Manuel da S. Fernandes

Aniversário

Ontem, dia 13, passou o aniversário natalício do nosso particular amigo e dedicado feiranovense sr. António da Costa Martins, industrial de calçado neste Largo.

Tribuna Livre cumprimenta o aniversariante e envia-lhe muitas felicidades e parabéns junto dos seus familiares.

A Tribuna é do Concelho

Assine-a e Divulgue-a

MANUEL TEIXEIRA

No passado dia 1 do corrente festejou, no Canadá, o seu aniversário natalício o nosso assinante e destacado luso-canadiano sr. Manuel Teixeira, encarregado das Relações Públicas do jornal «A Voz do Emigrante» que se publica naquele País.

Além deste importante cargo, é ainda o Presidente da Associação dos Homens de Negócios e Profissionais Portugueses do Québec, grande impulsor da obra que levou



à criação da F. O. P. Q. e do seu órgão oficial.

A Tribuna envia-lhe muitos parabéns, extensivos a todos os seus familiares.

Sol doirado

Continuação da 1.ª página

nome. Cheguei de madrugada e o silêncio deu-te a beleza primitiva.

Ouvi tua voz desconhecida chamar por mim. Entreguei-te meu abraço de admiração. Depois, entrei em ti e percorri-te.

Deste-me a tua seiva e agora fazes parte de mim.

Teu ar quente entrou nos meus poros, tuas mãos negras estiveram nas minhas mãos. Até as noites de pau preto me seduziam quando as violas repetiam as mesmas melodias.

Agora, que te posso eu dar em troca te tanta beleza que não soube aproveitar inteiramente? —

Dou-te a minha saudade e prometo lembrar-te muitas vezes, Angola, país do Sol doirado.

Helder Nemésio

5.ª COLUNA

tido com semelhante livrinho... Para mim constitui novidade a sua admiração, pois trata-se de alguém com responsabilidades sócio-culturais e, portanto, não haver motivo para espantação. Retorqui-lhe — e o meu Leitor até sabe — que leio tudo e, por isso, não me julgasse regressado a «menino», pelo facto de já estar na terceira idade.

Aproveitando o ensejo pus-lhe a questão do grande John Baker, que foi eminente professor de Oxforde e que aqui transcrevo do seu excelente livro «A Ciência no Estado Planificado»:

«Estando a trabalhar como demonstrador perante um curso de vermes marinhos, notei que uma das alunas tinha um livro na sua frente, abertó numa folha colorida, que mostrava os caracteres externos de alguns desses animais. Não conhecia o livro e inclinei-me para o examinar. O título deu-me uma surpresa, que nunca esqueci. Recebi nesse dia uma

proveitosa lição de modéstia, que gostaria partilhar com todo o cientista que se julgue uma espécie diferente da do leigo. A estudante, que andava a preparar-se para o mais difícil exame de zoologia numa grande Universidade estava a utilizar *A Praia de Mar explicada às Crianças* (The Seashore shown to the Children).

O meu conhecido não ficou muito satisfeito com a explicação, mas o meu Leitor certamente que fica, e se for novo ainda mais, pois daqui pode deduzir ser a leitura de *qualquer coisa*, excelente contributo para o espírito e alta valia para o pensamento, — ou não será assim?

EME ABRIL

Pela Redacção

A pagar a sua assinatura e a apresentar cumprimentos esteve na nossa Redacção o sr. José Maria Lopes, natural de Infesta-Terras de Bouro e residente em Lisboa.

Acompanhavam-no sua esposa cunhados e sogra.

Gratos pela gentileza.